

CÔA VISÃO

CULTURA E CIÊNCIA

Nº

EDIÇÃO DA

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

ACTAS DO I CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA
DE TRÁS-OS-MONTES, ALTO-DOURO E BEIRA BAIXA
(ANO DE 2004)

ISBN 972-8763-15-8



9 789728 763152

PUBLICAÇÃO ANUAL ALCARDO DO
CULTURAIS DA CAMARÁ MUNICIPAL
DE VILA NOVA DE FIM

CÔAVISÃO

CULTURA E CIÊNCIA

Nº 7 · ANO DE 2005

TRABALHO COORDENADO POR

ANTÓNIO N. SÁ COIXÃO

(Este número da Côavisão publica exclusivamente as Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, organizado entre 29 de Abril e 2 de Maio de 2004, áreas dos Concelhos de Meda e Vila Nova de Foz Côa)



Foto da capa:

Rio Douro – Lugar do Torrão

Composição e impressão:

Côa Gráfica – Artes Gráficas, Lda. — V. N. de Foz Côa
Depósito legal n.º 121116/98
ISBN 972-8763-15-8

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
2005

Índice

Prefácio	5
Introdução	7
“Povoações Romanas da Beira Transmontana e Alto Douro” <i>Jorge de Alarcão</i>	9
“Existe uma ocupação Proto-Histórica em Trás-os-Montes antes da ocupação Romana? Alguma notas sobre esta questão” <i>Dulcineia Cândida Bernardo Pinto</i>	19
“Arte Rupestre e Ocupação Humana no Vale do Côa – balanço da investigação no Parque Arqueológico do Vale do Côa” <i>Luís Luís</i>	31
“Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): Balanço de seis anos de trabalho neste recinto monumental pré-histórico” <i>Vitor Oliveira Jorge...e outros</i>	61
O sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa) – reflexões sobre fases e contextos” <i>Susana Oliveira Jorge... e outros</i>	69
“Tipologias de aparelho construtivo do Sabugal Velho” <i>Marcos Osório</i>	81
“O troço desactivado da linha do Douro (Pocinho – La Fuente de San Esteban): um caso de Património Arqueológico Ferroviário a defender” <i>Carlos Abreu</i>	101
“O Esteio gravado do Cabeço do Bique (Perafite, Vila Verde, Alijó)” <i>Francisco Monteiro Faure e Eliana Miranda de Sousa</i>	133
“O Pentagrama de Ribeira de Piscos (Vila Nova de Foz Côa) e seus paralelos no contexto da arte rupestre filiforme pós-paleolítica da Península Ibérica” <i>Fernando Augusto Coimbra</i>	145
“Programa de Conservação do Parque Arqueológico do Vale do Côa – Primeiros resultados da estação sismológica e da estação meteorológica em funcionamento no PAVC” <i>António Pedro Batarda Fernandes</i>	159
“Antiquários e Arqueólogos” <i>António Alberto Rodrigues Trabulo</i>	167
“A Pré-História Recente no Douro Sul. Um ensaio de Arqueologia Espacial” <i>António José Fernandes Heitor e Carla Isabel Dias Franco</i>	173
“A estátua-menir de Longroiva e a sua importância para a cronologia da Idade do Bronze na região do Côa e territórios confinantes <i>Adriano Vasco Rodrigues</i>	179
“As fíbulas do Bronze Final e Idade do Ferro de Portugal Interior (Norte e Centro): problemática sobre produção local e de longa distância” <i>Salete da Ponte</i>	185
“Pré-História Recente na região da Guarda – alguns subsídios” <i>Manuel Sabino G. Perestrelo e Marcos Osório</i>	207

"Canedotes (Vila Nova de Paiva – Viseu): uma aproximação à ocupação do povoado"	233
<i>Alexandre Canha</i>	
"O Castelo de Torre de Moncorvo: resultados da intervenção de 2001"	251
<i>António Chéney e Pedro Sobral de Carvalho</i>	
"A Numária de Ervamoira e a do Baixo Côa"	275
<i>J. A. Gonçalves Guimarães e Susana Guimarães</i>	

Povoações Romanas da Beira Transmontana e do Alto Douro

JORGE DE ALARCÃO

A partir de vestígios arqueológicos que parecem indiciar (ou indiciam mesmo) aglomerados populacionais de época romana, e recorrendo a topónimos directa ou indirectamente atestados em inscrições ou registados no *Parochiale* suévico dos fins do séc. VI, julgamos oportuno proceder a uma tentativa de identificação dos povoados que existiriam na Beira Transmontana e no Alto Douro.

Não cobriremos integralmente estas duas regiões naturais. Nem nos preocuparemos demasiadamente com a definição dos seus limites ou com a sua caracterização geográfica.

O nosso estudo deve entender-se como uma proposta de trabalho dirigida a investigadores que têm, destas áreas, melhor conhecimento do que o nosso. Mas uma primeira tentativa de identificação dos núcleos urbanos (primários, secundários e mesmo terciários) parece-nos útil para definir uma rede que as vias romanas estruturariam e em cujas malhas se inseria o povoamento disperso de casais e granjas (e até, eventualmente, de algumas *villae*). Não tendo visitado os lugares, admitimos a possibilidade de cometermos alguns erros de interpretação – pelo que apelamos a uma consideração muito crítica das nossas propostas. As vias que traçamos definem hipotéticos percursos que devem ser confirmados.

Partindo de sul para norte, uma ara a Júpiter Ótimo Máximo encontrada em Coriscada (Meda) revela-nos o nome de um povoado. A ara foi publicada por Fernando Curado, que dela deu a seguinte leitura (CURADO, 1985(2)):

IOVI · O[PT]/VMO · M[AX]VMO · SA[CR]/VM · / VICANI · S[...] / GOA-BOAIC(enses)

Fernando Curado datou o monumento de finais do séc. II ou inícios do III d.C. e preferiu não fazer qualquer conjectura quanto à restituição do topónimo, admitindo que, no final da quinta linha, falem apenas duas letras. Nós mesmos (ALARCÃO, 1998: 150) propusemos, como hipótese, o nome *Segoabonca* para o *vicus*. Em *L'Année Épigraphique*, 1985, n.º 525, sugere-se a restituição *S(ei)goaboni(enses)* ou *S(al)goabonic(enses)*.

Talvez o *vicus* referido nesta inscrição se situe na Quinta do Campo (PERESTRELO e FERREIRA, 2000: 101; PERESTRELO, 2003: 54, n.º 42).

É possível que uma estrada, partindo de Coriscada, ligasse a Almofala, capital dos *Cobelci* (FRADE e CAETANO, 2002). Haveria povoado de alguma dimensão nas imediações de Vilar Torpim, no sítio de Pedregais (MAIA, M., 1974-1977: 211-212)? Se tal estrada existiu, deve procurar-se pelo menos uma *mutatio* entre Coriscada e Pedregais. Mas não deixaremos de considerar, como hipótese, uma ligação de Almofala a Marialva através de Cidadelhe.

Uma estrada romana iria de Coriscada a Marialva. Achou-se em Marialva uma inscrição honorífica a Adriano, consagrada pela *civitas Aravorum* (CIL II 429; JALHAY, 1950: 567-570). Na baixa que a povoação de Marialva domina, são abundantes e inequívocos os vestígios do aglomerado urbano que constituía a sede da *civitas*. Os restos do templo principal do fórum são ainda consideráveis mas nunca foram estudados.

Em trabalho anterior (ALARCÃO 2001: 51-52), admitimos a hipótese de a cidade capital dos *Aravi* se ter chamado *Osania* ou *Cosonia*. *Osania*, *Osonia*, *Cosonia*, *Osama* e *Osma* são nomes que diferentes versões do *Parochiale* suévico dão a uma “paróquia” da diocese de Viseu (DAVID, 1947: 37). Sem rejeitarmos o pressuposto que presidiu à nossa revisão da localização das “paróquias” suélicas (isto é, o de uma ordem geográfica na enumeração das *ecclesiae*), parece-nos agora igualmente credível identificar o aglomerado urbano de Marialva com a *Ouellione* do *Parochiale*. Na área periurbana da sede da freguesia de Vale Flor (freguesia contígua à de Marialva), encontra-se hoje o topónimo Abelónia (informação de A. N. Sá Coixão). Será que este deriva de *Ouellione*? A evolução *Ouellione* > Abelónia suscita, porém, algumas dúvidas. Não será Abelónia uma deturpação de Apolónia, como nos sugere Fernando Curado? E, na Devesa de Marialva, o actual topónimo Orvilhão poderá derivar de *Ouellione*? Mas será credível um -r-epentético? *Ouellione* pode ser uma forma tardia de *Obelio*, *Obelium*, *Obilium* ou mesmo *Obila* (VILLAR,

2000, *passim*, sobre nomes similares). Não pretendemos, porém, localizar aqui a *Obila* que Ptolemeu, II, 5, 6 menciona entre os Vetões.

Na hipótese de *Ouellione* corresponder à capital dos *Aravi*, as *ecclesiae* de *Osania*, *Ouellione* e *Tutela* (citadas por esta ordem no *Parochiale*) poderiam achar-se referidas, não de norte para sul (como supusemos no nosso trabalho citado), mas de sul para norte.

Osania poderia corresponder a Vilares (Trancoso). Os vestígios arqueológicos que aqui se encontram deixam suspeitar de um povoado importante (PERESTRELO e FERREIRA, 2000: 107-108; PERESTRELO, 2003: 93-94, n.º 104). Numa inscrição rupestre, Colmenero (1993: 34-35) leu:

AEDI. (anagrama de *Iesus*?) / DOMINI / CATVRO / AREINI (*filius*) / OCVPAVIT / LOCVM. L(*atum*) / P(*edes*). XXV. ACT(*um*) / PR(*idie*) K(*alendas*) IVN(*i*)A(*s*) CO(*n*)S(*ule*) / (anagrama não identificado) VIA(*tore*)

Caturão, filho de Areino, tomou posse para o templo do Senhor Jesus (?), de um solar de 25 pés de largura. Fez-se o contrato no dia anterior às calendas de Junho (31 de Maio) do ano em que era cônsul (?) Viator

Segundo Colmenero, a inscrição dataria de 495 d.C. A leitura da parte final da inscrição (e, consequentemente, a cronologia) suscita dúvidas, que nos foram sublinhadas por Fernando Curado. A dimensão de 25 pés (isto é, de cerca de 7,5 m), se reportada a uma fachada, adequa-se a uma pequena igreja “paroquial”. Dado que não se trata de epígrafe numa pedra de cantaria de um templo, mas de inscrição rupestre, devemos reservar o nosso juízo quanto ao destino que teve o *locus* ocupado por Caturão.

A identificação da *ecclesia* suévica de *Osania* com Vilares e de Marialva com *Ouellione* deve, pois, aguardar que se obtenham provas seguras ou argumentos mais convincentes.

Entre Vilares (Trancoso) e Coriscada (Meda), é possível que houvesse um outro aglomerado populacional na Quinta das Cardosas/Quinta do Campo, na freguesia de Cótimos (Trancoso) (FERREIRA, M.ª C. C., 2000: 365, n.º 9). E porque é longo o percurso da estrada entre os dois lugares (se acaso estavam mesmo ligados por uma via na época romana), devemos supor, entre eles, outro povoado ou, pelo menos, *mutatio*.

Por sua vez, na Quinta do Prado, na freguesia de Póvoa do Concelho (Trancoso), achou-se um fragmento de *tegula* com inscrição [...]ERRVS / [...]NIENSIS (FERREIRA, M.ª C. C., 2000: 367, n.º 19; PERESTRELO, 2003: 83-84, n.º 82). É pouco credível que se trate de marca de fabricante de telhas. Não será antes uma inscrição funerária, com um antropónimo seguido da indicação da *origo* [*Interan*]niensis? Gravada também em *tegula*, foi encontrada, na Quinta da Leveira, a sul de Marialva mas muito perto desta vila, a inscrição: *Patri M(arco?) edificavit Domius, filius* (RODRIGUES, 1961: 22-25; PERESTRELO, 2003: 58-59, n.º 46). Será que estas *tegulae* seriam encastradas em muros de alvenaria que assinalariam as sepulturas?

Se um [...]errus foi sepultado com indicação da *origo*, *Interanniensis*, ficaria a Quinta do Prado de Póvoa do Concelho fora da *civitas* dos *Interannienses* (que continuamos a supor com sua sede em Viseu) e na dos *Aravi*? O argumento não é decisivo, dado que há casos de indivíduos enterrados na sua própria *civitas* de origem que levam, todavia, a indicação de *origo*.

Voltando a Marialva para retomarmos o hipotético percurso de uma estrada romana, a povoação seguinte coincidiria com Longroiva ou ficaria nas imediações desta vila (PERESTRELO e FERREIRA, 2000: 107; PERESTRELO, 2003: 92-93, n.º 101). Achou-se aqui (ou está guardada na capela dedicada à Senhora do Torrão, em Longroiva) uma ara cuja leitura (CURADO, 1985(1)) foi revista por Amílcar Guerra (1998: 176):

Q(uitus) IVLIVS / MONTA[NV]S / EQ(ues) LEG(ionis) VII (Septimae) [G](eminae) / F(elicis) BANDI L/ANGOBRICTV / V(otum) S(olvit) L(ibens) A(nimo)

O nome da povoação seria *Langobriga*. Através de *Langrovha*, forma que se encontra atestada em 1242 e 1306 (MARREIROS, 1991-1992: 325 e 345), formou-se o actual topónimo de Longroiva. O -h- representa graficamente o -i- (MAIA, C. A., 1997: 423), pelo que, no séc. XIII e ainda nos inícios do XIV, se pronunciaria *Langróvia*.

Quinto Júlio Montano estaria, talvez nos inícios do séc. II d.C., integrado num (ou comandando um) destacamento da Legião VII Gémina em serviço nesta área. Não se nos afigura impossível que a “missão” (mais pacífica que propriamente militar) tenha decorrido no reinado de Trajano ou Adriano.

A oriente de Marialva, entre o rio Côa e a ribeira de Massueime, parece ter sido importante o povoado do Castelo dos Mouros, perto de Cidadelhe (PERESTRELO, 2003: 65-67, n.º 54).

De Longroiva, a via romana seguiria para Freixo de Numão, passando por Fonte Longa. Encontram-se nesta última localidade vestígios romanos, insuficientes para determinarmos se se trata de aglomerado urbano (RODRIGUES, 1957: 125): seria simples *villa*, *mansio* ou *mutatio*? Observaremos que são muito

semelhantes as distâncias de Coriscada a Marialva, desta a Longroiva e de Longroiva a Fonte Longa: entre 5 e 6 quilómetros.

Se a estação da Quinta da Ervamoira (freguesia de Muxagata, concelho de Vila Nova de Foz Côa) se deve identificar com uma *mutatio* (GUIMARÃES, 2000(1); GUIMARÃES, 2000(2)), poderia haver uma ligação de Fonte Longa a *Caliabriga*. Ou far-se-ia a ligação a partir de Freixo de Numão? Na hipótese de estrada de Fonte Longa a *Caliabriga*, integrar-se-iam nela as calçadas do Abrolho e da Penascosa (COIXÃO, 1996: 138 e 162, n.ºs 59 e 116)?

Vão cerca de 7 quilómetros de Fonte Longa a Freixo de Numão. Os achados romanos desta vila (COIXÃO, 1996: 96-105) indiciam povoação de alguma importância; mas parece-nos difícil manter a hipótese que anteriormente apresentámos de identificar Freixo de Numão com a capital dos *Meidubrigenses* ou *Meidobrigenses* (ALARCÃO, 1999: 32-33).

Os *Meidubrigenses* ou *Meidobrigenses* acham-se referidos por Plínio, IV, 35, 118 e na inscrição da Ponte de Alcântara, CIL II 760. Por seu turno, no *De bello Alexandrino*, 48, 2, fala-se do ataque de Q. Cássio Longino a *Medobriga*. Há várias atestações epigráficas de *Meidubrigenses* (GUERRA, 1998: 528).

As dúvidas que agora temos sobre a identificação de Freixo de Numão com *Meidubriga* ou *Meidobriga* não atingem a hipótese de o lugar ter sido importante na época romana. A distância de cerca de XII milhas romanas entre Marialva e Freixo de Numão é uma distância que frequentemente se encontra entre paragens no *Itinerário de Antonino*. Por outro lado, o elevado número de estações arqueológicas de época romana no aro de Freixo de Numão (ALARCÃO, 1999: 32-33) sugere um aglomerado urbano com considerável capacidade de atracção do povoamento (embora não possa esquecer-se que tantas estações identificadas resultam de uma batida de campo particularmente intensiva de A. Sá Coixão).

Se Freixo de Numão não corresponde à antiga *Meidubriga* ou *Meidobriga*, onde ficaria esta última cidade?

Com frequência se equaciona o nome da actual vila de Meda com o topónimo e etnónimo antigos. É certo que o nome Meda não pode derivar de *Meidubriga* ou *Meidobriga*: este topónimo teria evoluído para **Meidobra* ou, considerando a evolução *Langobriga* > *Longroiva*, para **Medroiva*. Mas não haveria um corónimo **Meidu* ou **Meidua* ou **Maidu* que estaria na origem de Meda? Não devemos esquecer que Meda se pronuncia Mêda e que o topónimo Odeceixe é pronunciado por alguns como Odecêxe ou os nomes Janeiro e cereija (arcaico de cereja), Janêro e cerêja (para citar apenas alguns exemplos).

J. P. Machado (1993, s. v. *Meda*) admite que Meda derive do lat. **amoeneta*, palavra por sua vez formada a partir de *amoena*, “amieiro”; mas considera igualmente possível uma ligação com **Medu-*, que está na raíz de *Meidubrigenses*.

Se o topónimo actual Meda pode relacionar-se com os *Meidubrigenses*, e se com este etnónimo pode estar também relacionado o nome de Quinta do Medo (RODRIGUES, 1983: 69), a origem do topónimo parece bastante complexa. Na doação de D. Chamôa Rodrigues, datada de 960, de vários castelos da *stremadura* (PMH, DC., n.º 81), acha-se uma referência ao castelo de *Amindula* (nome que se repete, sob a forma *Amendula*, em PMH, DC., n.º 420, de 1059). Mário Barroca (1990-1991: 94), observando que Meda se chamava *Aminda* na Baixa Idade Média, sugere que o dito castelo de *Amindula* corresponde a Meda. *Amindula*, porém, talvez tenha sido povoação diferente de *Aminda*, ainda que o primeiro topónimo se tenha formado a partir do segundo, pela adição do sufixo diminutivo *-ula* ou *-ola*.

É possível que o A- inicial de *Aminda* corresponda a uma prótese ou se tenha perdido, como em *Auranca* > *Abranca* > Branca (nome de uma freguesia actual do concelho de Albergaria-a-Velha) ou *Avicella* > Vizela. Assim, *Aminda* poderia ter sido, originalmente, *Minda* (caso em que teria havido prótese); ou, se *Aminda* fosse o nome original, teria evoluído para *Minda* e daqui para *Menda* > *Mêda* (como em *introitu* > entrudo, *inter* > entre, *invidia* > enveja, forma arcaica de inveja; e em *tensu* > têsso ou *mensa* > mêsso). Não haveria, em tal caso, relação etimológica de Meda com *Medubriga* ou *Medobriga*, *Meidubriga* ou *Meidobriga*, apesar das aparências.

Na hipótese de existir, de facto, relação de Meda com *Meidubriga* ou *Meidobriga* (através do suposto corónimo acima referido), deveremos situar a cidade romana na actual vila da Meda? Ou no castro de Ranhados, como sustentou Russell Cortez (1953)? Ou no castro de S. Jurjo, como propôs Adriano Vasco Rodrigues (1983: 56-57)? Nenhum destes lugares, porém, apresenta vestígios arqueológicos que permitam sustentar com verosimilhança a localização da capital dos *Meidubrigenses* na Meda, em Ranhados ou em S. Jurjo.

Não poderemos descartar, por enquanto, e em absoluto, tais hipóteses. Mas poderemos propor outras?

Sem nos esquecermos do sítio, atrás referido, de Fonte Longa (que não sabemos se corresponde a aglomerado urbano, *villa*, *mansio* ou simples *mutatio*), parece-nos que existem, na área de Vila Nova de Foz Côa, os seguintes aglomerados populacionais romanos: Numão, Castelo Velho do Monte Meão, Freixo de Numão. Para além destes lugares que se afiguram relevantes num território que seria dos *Meidubrigenses*, é possível que outros povoados secundários existissem na área das freguesias de Mós do Douro e Muxagata.

Os achados de Numão são inequivocamente importantes (COIXÃO, 1996: 123-124, com referência aos trabalhos de J. A. Pinto Ferreira). O nome que o povoado teria na época romana não é fácil de apurar.

Num afloramento granítico junto ao antigo caminho que dava acesso ao cabeço onde se situa o castelo medieval de Numão encontra-se uma inscrição que Fernando Curado (1985(4)) leu: AS(s)ANIANC(enses) · VIA(m) FECERVNT. Seria *Assanianca* o nome do povoado romano de Numão?

Não podemos rejeitar liminarmente a hipótese de *Assanianca* corresponder a outro lugar. Os *Assaniuncenses* teriam então feito, à sua custa, uma via de ligação do seu *vicus* ou *castellum* ao povoado romano de Numão, por onde eventualmente passaria uma estrada mais importante, e teriam gravado a inscrição no *terminus* do caminho que teriam aberto. Dado que a inscrição se acha do lado noroeste da actual vila de Numão, ficaria *Assanianca* para estas bandas? Mas onde é que, em tal hipótese, poderemos situar *Assanianca*? Junto ao rio Douro, para os lados de Arnozelo?

A inscrição recordará certamente apenas o facto de os *Assaniuncenses* terem construído a via à sua custa e não corresponderá a nenhuma limitação do direito de outros à utilização da estrada (COIXÃO e ENCARNAÇÃO, 2001: 199-200).

Na igreja matriz de Numão conserva-se uma ara com o seguinte texto (ÉTIENNE e FABRE, 1976: 21-22):

TI(berius) · CLAVDIVS / SAILCIVS · EQ(ues) / C(o)HOR(tis) · III (tertia) · LVS/ITANORVM / DIS · DEABVSQ(ue) / CONIVMBRIC(ensibus) / [V(otum)] S(olvit) · L(ibens) · M(erito).

Não é seguro que esta *Coniumbrija* corresponda à *Conimbriga* de Condeixa-a-Velha. É muito possível, e até provável, que houvesse, na área dos *Meidubrigenses*, uma outra *Conimbriga* (aliás, *Coniumbrija*), como sustentou Fernando Curado (1988-1994). A proposta, feita por este último autor, de identificação de *Coniumbrija* com o povoado de Castelo Velho de Monte Meão (Vila Nova de Foz Côa) é, porém, apenas uma hipótese (ainda que muito credível) que carece de confirmação. De qualquer forma, nada sugere que *Coniumbrija* era o nome de Numão, pois a ara pode ter sido trazida de qualquer outro lugar para a vila de Numão – ou Tibério Cláudio Saúcio ou Sálcio pode ter adorado, em Numão, os deuses e deusas de outra povoação (que seria, eventualmente, a da sua origem e talvez correspondesse ao Castelo Velho de Monte Meão). Para P. Le Roux (1982: 336), este cavaleiro ter-se-á alistado na *cohors III Lusitanorum* antes de 43 d.C. Cumprido o serviço militar, possivelmente na Germânia, onde a coorte está atestada no período júlio-claudiano (LE ROUX, 1982: 94 e 276), terá regressado à sua terra de origem e poderá ter instalado uma *villa* ou granja na área de Numão/Freixo de Numão. Não deixaremos de observar que Chão do Cláudio é o nome actual de um sítio da freguesia de Murça onde se pode talvez localizar um *vicus* (COIXÃO, 1996: 170). Mas não só é duvidosa a classificação do sítio (que poderá ser *villa* ou granja), como pode ser mero fruto do acaso a coincidência do nome actual com o gentilício romano. Mas não é de rejeitar a hipótese de uma remotíssima antiguidade do topónimo Chão do Cláudio. Ou talvez, achada aqui a ara (que terá sido depois levada para Numão), a leitura do nome *Claudius* na inscrição tenha levado à atribuição do nome Chão do Cláudio ao lugar do achado. Podemos perguntar-nos se *Tiberius Claudius Sailcius* não se fixou em *villa* ou granja no sítio actualmente chamado Chão do Cláudio. Não há, pois, argumento credível para identificar Numão com *Coniumbrija* (ideia que, aliás, nos parece não ter sido nunca sustentada).

Feito este exame dos possíveis nomes que teria o povoado romano sobre o qual assentou a actual povoação de Numão, temos de concluir que só algum feliz achado epigráfico futuro poderá revelar o nome da povoação. Mas, não podendo afirmar que foi *Assanianca* ou *Coniumbrija*, poderá corresponder à antiga *Meidobriga* ou *Meidubriga*?

Quanto a Freixo de Numão, a vila actual identificar-se-á com a *Nomana* ou *Naumana* que deduzimos da inscrição CIL II 430?

Hübner publicou, sob esse número, a seguinte inscrição que se acharia gravada num penedo em Freixo de Numão:

IVNO / VEAMVAEARVM / TARBOVMAN / CNVNARVM / SACRVM / CIRI / CVR

A inscrição não voltou a ser localizada e duvidamos se ainda se mantém ou se o penedo em que se encontrava gravada foi destruído. A cerca de dois quilómetros a poente de Freixo de Numão existe a Quinta da Pedra Escrita. Aí, Sá Coixão localizou, porém, apenas um penedo com três gravuras: uma cabeça, um antropomorfo linear e um sol (COIXÃO, 2000: 145-146).

A inscrição foi copiada por Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo e a cópia achava-se entre papéis do autor do *Elucidário*. José de Oliveira Berardo, tendo tido acesso aos papéis de Viterbo, copiou a leitura e enviou-a a Hübner.

Talvez o frade franciscano tenha copiado mal o texto, tanto mais que se acharia em letra cursiva (normalmente de leitura difícil) e num suporte que dificultava a gravação. Depois, não terá havido algum erro na cópia de Oliveira Berardo?

A inscrição tem sido objecto de várias tentativas de interpretação, sem que nenhuma delas tenha merecido consenso. Recentemente, Sá Coixão e José d'Encarnação (1998: 83) republicaram-na sem se atreverem a propor um entendimento; acrescentaram somente: "Seria, muito provavelmente, a consagração ao Génio feminino (Juno) de um povo ou de um lugar".

Publicaremos brevemente uma nota sobre esta inscrição. Aqui, diremos apenas que nos parece possível ver nela uma dupla dedicação a (ou invocação de) *Iuno* dos *Veamniae* ou *Veaminiae* ou *Veaminiacae* ou *Veaminiauae* e a *Tarbouma* ou *Tarbouna Nomunaram* ou *Nomanarum*, isto é, dos *Nomunae* ou *Nomanae*, habitantes de um lugar chamado *Nomuna* ou *Nomana*.

Haveria, pois, dois povoados vizinhos, *Veamnia* ou *Veaminia* ou *Veaminiaca* ou *Veaminiauca* e *Nomuna* ou *Nomana*, cujos habitantes se terão reunido, possivelmente em lugar entre os dois povoados, para celebrarem qualquer cerimónia em honra das respectivas divindades tutelares. Ora o nosso suposto topónimo *Nomana* é tão semelhante à forma medieval *Noman* documentalmente atestada para Numão que nos parece termos aqui a primeira atestação do actual topónimo. E se, no primeiro documento que se refere a Numão, datado de 960 (PMH, DC., n.º 81), se acha a forma *Nauman*, é possível que se trate aqui de uma hiper correcção – ou que houvesse, na época, alguma hesitação na representação gráfica do som, que uns transcreveriam por /o/ e outros por /au/.

Põe-se-nos, todavia, o problema: onde ficaria este *castellum* ou *vicus Nomana* ou *Naumana*? Na (ou perto da) actual povoação de Freixo de Numão ou na (ou perto da) actual povoação de Numão? Ou seria um terceiro povoado, do qual Numão e Freixo de Numão terão herdado o nome?

No papel de Viterbo dir-se-ia que o penedo escrito ficava em Freixo de Numão. Mas o autor do *Elucidário* ter-se-á referido a esta vila ou ao concelho? Não devemos esquecer que Viterbo poderá ter registado o concelho sem ter tomado assento do local exacto. Para além disso, o concelho de Freixo de Numão não tinha, no tempo do frade franciscano, os limites da actual freguesia do mesmo nome. Abrangia as actuais freguesias de Freixo de Numão, Numão, Horta e Touça e tornou-se, em vida de Viterbo, ainda mais extenso (COIXÃO e TRABULO, 1995: 44 e 50).

É possível, pois, mas não é nada seguro, que Freixo de Numão se tenha chamado *Nomana* em época romana (e pré-romana). Em tal caso, o nome teria sido deslocado, na Alta Idade Média (isto é, antes de 960), de Freixo de Numão para Numão. Talvez a transferência do nome se tenha verificado em época em que a actual vila de Freixo de Numão estaria abandonada e deserta. Mas se as escavações na área urbana de Freixo de Numão vierem a revelar materiais que provem a continuidade da ocupação do lugar desde a época romana, através da época suevo-visigótica, até à Alta Idade Média, a transferência do nome *Nomana* ou *Naumana*, de Freixo de Numão para Numão, tornar-se-á pouco credível. Mas subsistirá uma dúvida: a *Nomana* romana seria já no lugar da actual vila de Numão ou estaria noutro sítio? E onde ficaria o povoado chamado *Veamnia*, *Veaminia*, *Veaminiaca* ou *Veaminiauca*?

Numa ara que se achava encastrada numa das paredes da igreja matriz de Freixo de Numão lê-se [...] / [...] / PREAGVI / V(otum) S(olvit) L(ibens) M(erito) (COIXÃO e ENCARNÇÃO, 1998: 79). A letra P da primeira linha legível é duvidosa (poderá ser um B?). Teremos aqui o epíteto divino *Isibreacus*, derivado de um topónimo **Isi-bri-s* ou **Isyo-bri-s* (PRÓSPER, 2002: 262)? Outras inscrições a *Banda Isibraeicus* de Bemposta (Penamacor) e a *Mercurius Esibraeus* de Medelim (Idanha-a-Nova) levam-nos a considerar que o suposto topónimo **Isibris* ou **Isyobris* era um destes que se repetiam. Ou, se acaso houve, na Beira Interior, um único topónimo **Isibris*, alguém saído deste povoado, tendo estabelecido residência em Freixo de Numão, terá adorado aqui a divindade do seu lugar de origem? Seja como for, e até pelas dúvidas sobre se a ara reutilizada na igreja matriz de Freixo de Numão estava, ou não, originalmente, na povoação romana sobre a qual Freixo de Numão assenta, não podemos sustentar que **Isibris* era o nome antigo desta vila.

Ainda em Freixo de Numão haveria uma ara, hoje desaparecida, consagrada *Larib(us) Turolic(ensibus)* ou *Turolic(is)*, CIL II 431 (ENCARNÇÃO, 1975: 219-220; GARCIA, 1991: 359, n.º 213; GUERRA, 1998: 232 e 649). A ara parece ter sido referida pela primeira vez por Argote (1732: I(1), 162-163). As considerações que o autor tece em torno dos grafemas /D/ e /L/ deixam-nos algumas dúvidas sobre se, no monumento, se lia *Turolic* ou *Turodic*. Admitindo *Turolic*, devemos presumir um topónimo *Turolo-* (PRÓSPER, 2002: 201) – e aqui temos mais um nome possível para a povoação romana de Freixo de Numão ou para algum aglomerado das suas imediações. Mais uma vez, porém, temos de perguntar-nos se esta ara terá sido achada mesmo em Freixo de Numão ou se não terá sido encontrada noutro lugar e transportada para aquela vila. Argote diz que, no seu tempo, a ara existia em Freixo de Numão mas não afirma que o achado dela se fez nesse lugar.

No sítio de Conde, sobre a ribeira de Teja, e no ponto onde a via romana de Freixo de Numão para Numão cruzaria a ribeira, acha-se uma inscrição rupestre onde parece ler-se ARREASE[...] / TRAIECTVM [...] (COIXÃO, 1996: 160, n.º 112; COIXÃO e ENCARNAÇÃO, 2001: 201-202). Teremos aqui mais um etnónimo, *Arreas(s)e(nses)*? Ou deveremos ler *Arreale(nses)*, dado que *Arreac(enses)* não parece paleograficamente sustentável?

O *traiectum* será, talvez, e uma vez mais, um caminho vicinal aberto pelos habitantes de um pequeno povoado. Dado que a inscrição se acha na margem esquerda da ribeira de Teja, é deste lado que devemos procurar o suposto povoado. Ficaria em Sequeira (freguesia de Horta do Douro (COIXÃO, 1996: 121, n.º 34))?

Regressemos agora ao *Parochiale* suévico, que enumera por esta ordem as últimas *ecclesiae* da diocese de Viseu: *Osania*, *Ouellione*, *Tutela*, *Coleia*, *Caliabrica*.

Se *Osania* corresponde a Vilares (Trancoso) e *Ouellione* a Marialva (o que não é, como vimos, seguro), ficaria a “paróquia” de *Tutela* a norte?

Não deixaremos de estranhar que um teónimo se tenha convertido em topónimo. Tal hipótese não é muito fácil de aceitar, mesmo admitindo que se trata de povoação onde haveria, na época romana, um templo a *Tutela*.

Do outro lado do Douro, na capela da Senhora da Ribeira, achava-se a seguinte inscrição, que hoje se conserva no museu da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães) (GUERRA, 1998: 185-186; RIBEIRO, 2002: 366):

TVTELAE LIRI/ENSI POMPEI / CLITVS / CORINTHV(s) / CALVINVS / EX VOTO

Clito, Corinto e Calvino seriam filhos de Pompeio ou, como escravos deste último, terão cumprido um voto de Pompeio.

As dúvidas sobre a localização da inscrição foram esclarecidas. Guardava-se ela na capela da Senhora da Ribeira, na freguesia de Seixo de Ansiães do concelho de Carrizada de Ansiães. Fica aí um povoado com importantes vestígios de ocupação romana (LEMONS, 1993, IIa: 149-151; CRUZ, 2000: 224, n.º 235). Para além da ara a *Tutela*, encontrou-se outra consagrada *Bandu Vordeaeco* (LEMONS e ENCARNAÇÃO, 1992). O nome *Vordeaecus* não parece formado a partir de topónimo. Mas do epíteto divino *Liriensis* deve deduzir-se o nome do povoado: *Liria*. Ainda que admitíssemos que o nome da divindade tutelar se transformou em topónimo na época suévica, nada nos permite (ou inclina a) situar aqui a *ecclesia* suévica de *Tutela*. Ficaria esta, mais provavelmente, a sul do Douro.

A hipótese de a *Tutela* suévica corresponder à capital dos *Meidubrigenses* não pode deixar de ser considerada. Mas não sem, ao mesmo tempo, se aduzirem argumentos *a contrario*. Se essa cidade capital se chamava *Meidubriga* ou *Meidobriga*, por que razão se abandonou o nome e se lhe deu o de *Tutela*? Por outro lado, se parece credível que as primeiras *ecclesiae* se fundaram em capitais de *civitates*, não podemos esquecer-nos de que *Talabriga* (na estrada de *Olisipo* a *Bracara Augusta*) não foi “paróquia” suévica, apesar da sua capitalidade.

Uma passagem do Douro poderia fazer-se, na época romana, entre a povoação correspondente à actual vila de Numão e o *vicus* de *Liria*. Deste *vicus*, uma estrada iria a Mós de Pombal, no mesmo concelho de Carrizada de Ansiães, onde uma inscrição a *Iuppiter Optimus Maximus*, consagrada pelos *vica(ni) Labr(...)*, permite situar um outro aglomerado urbano secundário (LEMONS, 1993 IIa: 146-147 e CRUZ, 2000: 223-224). A identificação do nome suscita dúvidas, mas não se nos afigura impossível a restituição *Labrentium*, nome que tinha um *pagus* da diocese suévica de *Portucale* e topónimo que ainda se conservava em 1033 (PMH, DC., n.º 281). Evidentemente, este *vicus* do Alto Douro não corresponde nem ao *pagus* suévico nem ao *territorio labremse* do documento medieval. Tratar-se-á apenas de repetição de topónimo. O simples nome *Labrum* também parece admissível.

De Mós de Pombal, uma via, cruzando o Tua, o planalto de Alijó e o rio Pinhão, dirigir-se-ia a Constantim (Vila Real). Uma ara achada em Sabrosa é de fácil leitura mas difícil interpretação e não é seguro que dela se possa retirar um topónimo *Colotica* ou *Colocutica* (A. E., 1985, n.º 574; GARCIA, 1991: 404-405; GUERRA, 1998: 407). De Sabrosa, a estrada iria a Constantim, onde se encontrou um miliário de Trajano.

Também perto da Senhora da Ribeira fica hoje uma povoação chamada Coleja. Mas nada indica que corresponda à “paróquia” suévica de *Coleia*, cuja localização mantemos, ainda que hipoteticamente, em Almofala, a capital da *civitas Cobelcorum* (ALARCÃO, 2001: 52-53). A objecção a esta nossa hipótese reside na falta (por enquanto?) de materiais atribuíveis aos séculos VI-VII em Almofala.

No vale da Vilarça, em Vila Maior (na freguesia de Cabeça Boa, no concelho de Moncorvo) situa-se um *vicus* (LEMONS, 1993 IIa: 340-341; CRUZ, 2000: 225, n.º 236), cujo nome, infelizmente incompleto, se lê numa ara a Júpiter Óptimo Máximo consagrada pelos *vicani Ilex[...]* (BAILARIM, 2001: n.º 300).

Subindo o vale, parece devermos localizar em Chão da Capela (freguesia de Adeganha do mesmo concelho de Torre de Moncorvo) a capital dos *Banienses* (CRUZ, 2000: 222, n.º232).

Outro *vicus* (ou *castellum*) importante do Alto Douro seria o de *Caliabriga*, cujo nome se conserva em Castelo Calabre (CABRAL, 1963). Foi também sede de “paróquia” suévica da diocese de Viseu e tornou-se, na época visigótica, sede de diocese, pois no *Parochiale* se diz *quae apud Gotos postea sedes fuit*. Ou será que a diocese de *Caliabria* manteve o nome da antiga “paróquia” mas teve sua sede noutro lugar?

O primeiro bispo atestado de *Caliabria* é *Servus Dei* ou *Servusdei*, presente no IV concílio de Toledo, que se reuniu em 633; mas talvez esse bispo tenha sido sagrado antes de 625 (GARCÍA MORENO, 1974: 174).

É duvidoso se a povoação romana ficava no alto, isto é, no Castelo Calabre (ainda que sejam aí consideráveis os vestígios e importante a muralha), ou no sítio baixo que fica perto, a cerca de 1,5 quilómetro, e se chama hoje Olival dos Telhões. As escavações que aqui têm sido feitas não permitem ainda julgar da natureza desta estação (COSME, 1998; COSME e MARTINS, 2000; MARTINS e COSME, 2000).

Caliabria devia ligar-se a Almofala e a Freixo de Numão. Se não nos atrevemos a fazer propostas para a ligação com Almofala, quanto à ligação com Freixo de Numão já anteriormente vimos que talvez se tenha feito através da Quinta de Ervamoira.

Haveria também uma passagem do Douro, de *Caliabria* para a área de Freixo de Espada-à-Cinta e para o importante povoado de Monte de Santa Luzia (LEMONS, 1993 IIa: 160-161, n.º 565; CRUZ, 2000: 220). É possível que a ligação se fizesse por Barca de Alva.

Uma inscrição hoje na frontaria da capela de Santo Cristo, em Barca d'Alva, possivelmente procedente de Olival dos Telhões (CURADO, 1985(3); COIXÃO e ENCARNÇÃO, 1998: 82), regista um *Cobelcus*, isto é, um natural da *civitas Cobelcorum*, que tinha sede em Almofala: devermos deduzir que *Caliabriga* já não ficava no *territorium* da *civitas Cobelcorum*? Não se nos afigura impossível que houvesse, entre a serra da Marofa e os rios Côa, Douro e Águeda, uma outra *civitas* ainda não identificada e distinta das dos *Cobelci*, *Aravi* e *Meidubrigenses*. A fronteira entre *Meidubrigenses* e *Aravi* poderia passar algures pelas imediações de Fonte Longa e pela ribeira dos Piscos (que acorre ao Côa). A dos *Aravi* e *Cobelci* correria pelo Côa?

Para finalizar, referir-nos-emos ao frequentemente citado documento de D. Chamôa Rodrigues que menciona os castelos que havia na *stremadura* em 960. Mencionam-se nele, entre outros facilmente localizáveis pela permanência dos topónimos, os de *Vacinata* e *Alcobria*.

Quanto ao de *Vacinata*, Mário Barroca (1990-1991: 94) interroga-se sobre se seria em Muxagata. Não nos parece, pois a única semelhança que existe entre os dois nomes é a terminação *-ata*, assaz comum. Talvez *Vacinata* ficasse sobre a ribeira de Teja, entre Numão e Meda.

Quanto ao castelo de *Alcobria*, situar-se-ia, segundo hipótese de Mário Barroca, em Alcarva, perto de Penedono. O topónimo *Alcobria* poderá derivar de *Arcobriga*, que terá sido nome de lugar bastante comum e repetido na época romana. A ser assim, entre Penedono e Sernancelhe (*Penna de Dono* e *Seniorzelli* do documento de D. Chamôa Rodrigues), ficaria, na época romana, uma *Arcobriga*. Não conhecemos, porém, entre o rio Távora e a ribeira de Teja, vestígios romanos que possam sugerir a localização dessa *Arcobriga*. Se existiu uma estrada romana entre Marialva e Caria, ficaria *Arcobriga* nessa via? Parece-nos menos credível a identificação da suposta *Arcobriga* com o povoado, aparentemente importante, de Fontelo, na freguesia de Sendim (PERPÉTUO *et alii*, 1999: 186-188 e 195).

Nesta nossa comunicação usámos muitas expressões de dúvida, quer através de interrogações, quer pelo uso de termos como “talvez” ou “possível”. As nossas dúvidas são, ao mesmo tempo, perguntas que dirigimos ou propostas que pomos à consideração dos investigadores que trabalham na Beira Transmontana e no Alto Douro. Deles, mais do que de nós próprios, esperamos as respostas e as confirmações – ou, se for caso disso, a demonstração de que, nalguns casos, nos equivocámos ou não soubemos interpretar a rede dos povoados e das vias da época romana nestas regiões. Deve ser tido em conta, no estabelecimento de uma hierarquia dos povoados, que um sítio do qual conhecemos o nome (através de uma inscrição) não foi necessariamente mais importante do que outro cujo nome nos é (por enquanto) desconhecido. Só a visita dos sítios e a consideração atenta das áreas de dispersão dos vestígios (e da natureza desses mesmos vestígios) nos permitirá propor o que aqui não fizemos ou fizemos mal: o estabelecimento de uma hierarquia de povoados principais (entenda-se: capitais de *civitates*), povoados secundários e povoados terciários.

REFERÊNCIAS

A. E. = L'Année Épigraphique. Paris.

- ALARCÃO, Jorge de (1998) – On the civitates mentioned in the inscription on the bridge at Alcântara. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 0, p. 142-157.
- ALARCÃO, Jorge de (1999) – Os arredores das cidades romanas de Portugal. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 72, p. 31-37.
- ALARCÃO, Jorge de (2001) – As paróquias suélicas do território actualmente português. In F. VILLAR e M. P. FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, eds. – *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 29-59.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de (1732) – *Memorias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga*. I(1). Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva.
- BAILARIM, Susana (2002) – Dedicatória a Júpiter, de Torre de Moncorvo. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 67, n.º 300.
- BARROCA, Mário Jorge (1990-1991) – Do castelo da Reconquista ao castelo românico. *Portugália*. Porto. nova série. 11-12, p. 89-136.
- CABRAL, A. A. Diniz (1963) – *História da cidade de Calábria, em Almendra – Subsídios*. Porto: Casa da Beira Alta.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá (1996) – *Carta arqueológica do concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal (com 2ª edição em 2000).
- COIXÃO, António do Nascimento Sá (2000) – *A ocupação humana na Pré-história recente na região de entre Côa e Távora*. Freixo de Numão: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá e ENCARNÇÃO, José d' (1998) – Foz Côa romana – Notas epigráficas. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 0, p. 79-83.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá e ENCARNÇÃO, José d' (2001) – Saxa Scripta. *Actas do III Simpósio Ibero-italico de epigrafia rupestre*. Viseu: Governo Civil, p. 199-208.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá e TRABULO, António Alberto Rodrigues (1995) – *Evolução político-administrativa na área do actual concelho de Vila Nova de Foz Côa. Séculos XII a XX*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal.
- COLMENERO, António Rodríguez (1993) – *Corpus-Catálogo de inscripciones rupestres de época romana del cuadrante noroeste de la Península Ibérica*. Corunha: Ediciós do Castro.
- COSME, Susana Rodrigues (1998) – Aldeia Nova. Resultados de uma primeira sondagem. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 0, p. 63-68.
- COSME, Susana Rodrigues e MARTINS, Carla Maria Braz (2000) – Estudo analítico do espólio metálico de Aldeia Nova/ Olival dos Telhões (Almendra, Vª Nª de Foz Côa). In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular. IX, p. 215-221.
- CRUZ, Carlos Manuel Simões (2000) – *A paisagem e o povoamento na longa duração. O Nordeste transmontano-Terra Quente*. Braga: Universidade do Minho (Tese de mestrado, policopiada, apresentada à Universidade do Minho).
- CURADO, Fernando Patrício (1985(1)) – Ara votiva de Longroiva (Meda). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 11, n.º 44.
- CURADO, Fernando Patrício (1985(2)) – Ara votiva de Coriscada (Meda). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 11, n.º 45.
- CURADO, Fernando Patrício (1985(3)) – Fragmento de ara votiva de Marialva (Meda). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 11, n.º 46.
- CURADO, Fernando Patrício (1985(4)) – Inscrição rupestre de Numão (Vila Nova de Foz Côa). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 11, n.º 48.
- CURADO, Fernando Patrício (1988-1994) – A propósito de *Conimbriga* e *Coniumbriga*. *Gaya*. Vila Nova de Gaia. 6, p. 213-234.
- DAVID, Pierre (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI au XII siècles*. Lisboa: Portugália Editora; Paris: Les Belles Lettres.
- ENCARNÇÃO, José d' (1975) – *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ÉTIENNE, Robert e FABRE, Georges (1976) – *Fouilles de Conimbriga. II. Épigraphie et sculpture*. Paris: Éd. E. de Boccard.
- FERREIRA, Maria do Céu Crespo (2000) – Contributos para a carta arqueológica do concelho de Trancoso. In *Beira Interior. História e Património. Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: Associação de Desenvolvimento, Estudo e Defesa do Património da Beira Interior, p. 361-373.
- FRADE, Helena e CAETANO, José Carlos (2002) – Os cultos na *civitas Cobelcorum*. In RIBEIRO, José Cardim, coord. – *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 227-230.
- GARCIA, José Manuel (1991) – *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às "Religiões da Lusitânia" de J. Leite Vasconcelos. Fontes epigráficas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GARCÍA MORENO, L. A. (1974) – *Prosopografía del reino visigodo de Toledo*. Salamanca: Universidad.
- GUERRA, Amílcar Manuel Ribeiro (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Lisboa: Universidade (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa).
- GUIMARÃES, Gonçalves (2000(1)) – Vestígios cristãos de Ervamoira – Vale do Côa. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Vol. VI. Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica*. Porto: Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular, p. 617-631.
- GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves (2000(2)) – Cerâmica romana e medieval de Ervamoira. In *Beira Interior. História e Património. Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: Associação de Desenvolvimento, Estudo e Defesa do Património da Beira Interior, p. 171-184.
- JALHAY, Eugénio (1950) – Inscrições romanas do Museu da Guarda. *Brotéria*. Lisboa, p. 560-572.
- LEMO, Francisco Sande (1993) – *Povoamento romano de Trás-os-Montes oriental*. Braga: Universidade (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Universidade do Minho, 5 volumes).
- LEMO, Francisco Sande e ENCARNÇÃO, José d' (1992) – Ara votiva a *Bandv Vordeaeo*. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 4, n.º 179.
- LE ROUX, Patrick (1982) – *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris: E. de Boccard.
- MACHADO, José Pedro (1993) – *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte (reedição da obra originalmente publicada em 1984).

- MAIA, Clarinda de Azevedo (1997) – *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- MAIA, Manuel (1974-1977) – Vilas romanas do território *Interanniense*. *O Arqueólogo Português*. Série 3. 7-9, p. 209-213.
- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira (1991-1992) – Os coutos do mosteiro de S. João de Tarouca na Idade Média: sua organização administrativa e judicial. *Bracara Augusta*. Braga. 43 (94-95), p. 321-374.
- MARTINS, Carla Maria Braz e COSME, Susana Rodrigues (2000) – O contributo do espólio cerâmico na interpretação da estação arqueológica de Aldeia Nova/Olival dos Telhões (Freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa). In *Beira Interior. História e Património. Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: Associação de Desenvolvimento, Estudo e Defesa do Património da Beira Interior, p. 159-170.
- PERESTRELO, Manuel Sabino G. (2003) – *A romanização na bacia do rio Côa*. Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- PERESTRELO, Manuel Sabino e FERREIRA, Maria do Céu Crespo (2000) – O povoamento romano na bacia da ribeira de Massueime (Guarda) – alguns subsídios. In *Beira Interior. História e Património. Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: Associação de Desenvolvimento, Estudo e Defesa do Património da Beira Interior, p. 97-120.
- PERPÉTUO, João Miguel A. [et al.] (1999) – *Tabuaço. Um passado presente*. Tabuaço: Câmara Municipal.
- PMH, DC. – *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. 1867-1873.
- PRÓSPER, Blanca Maria (2002) – *Lenguas y religiones prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- RIBEIRO, J. Cardim, coord. (2002) – *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1957) – *Prospecções arqueológicas na região de Longroiva*. Coimbra: Universidade (Dissertação de licenciatura, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra).
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1961) – Necrópole de *Civitas Aravorum*, Marialva-Meda. *Lucerna*. Porto. 1(1), p. 22-25.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1983) – *Terras de Meda. Natureza e cultura*. Meda: Câmara Municipal.
- RUSSELL CORTEZ, Fernando (1953) – A localização dos Meidobrigenses. *Zephyrus*. Salamanca. 4, p. 503-506.
- VILLAR, Francisco (2000) – *Indoeuropeos y no Indoeuropeos en la Hispania prerromana*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

